



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

Nº 2360

Processo CETESB

Nº 2.975/2009

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, a Lei Estadual 13542, de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental Prévia**, com base no Parecer Técnico nº 152/14/IE e Deliberação CONSEMA 12/2014, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: Fasclata Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ: 08.235.887/0001-09

LOGRADOURO: Av Major Sylvio de Magalhães Padilha, 5.200 - Bloco C, Cj 31

BAIRRO: Jardim Morumbi

MUNICÍPIO: São Paulo - SP

CEP: 05963-000

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: Plano Urbanístico Gleba A2

LOGRADOURO: Prolongamento da Avenida Guilherme Campos

MUNICÍPIO: Campinas - SP

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Parcelamento do solo para implantação de loteamento misto, em área total de 173,67 ha, composto de 49 lotes residenciais e 31 lotes comerciais ocupando ao todo cerca de 758.214 m² ou 43,66% da área do empreendimento. O Sistema Viário equivale a 16,11%, Área Institucional a 4,64%, Áreas Verdes a 30,20 % e Sistemas de Lazer a 5,38% da área da gleba.

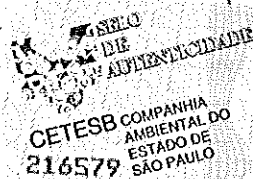
OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação.
- Previamente à implantação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Instalação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Instalação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental Prévia não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra a presente Licença 1 (UM) anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental Prévia é de 5 (CINCO) anos, a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data: 30/06/14

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA - Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental



1598773



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls 1 / 3

Processo CETESB
Nº 2.975/2009

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N° 2360

1. Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Instalação:

- 1.1 Apresentar detalhamento do Programa de Controle e Monitoramento Ambiental das Obras contemplando procedimentos para o gerenciamento ambiental das obras, indicação da localização e layout do canteiro de obras (área de estocagem de combustíveis, solventes, óleos e graxas e de manutenção e lavagem de veículos e máquinas); Subprograma de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; gerenciamento de efluentes; controle de emissões atmosféricas e de ruídos; treinamento ambiental dos trabalhadores; controle de tráfego; recuperação de áreas degradadas; equipe técnica responsável; cronograma de atividades; formas de registro das atividades e de eventuais não conformidades.
- 1.2 Apresentar projeto de terraplenagem e memorial descritivo, contemplando o balanço dos volumes e projeções das saídas de cortes e aterros, com ART do responsável técnico.
- 1.3 Incluir no Programa de Controle e Monitoramento Ambiental das Obras o detalhamento do Subprograma de Controle de Processos Erosivos e Assoreamento proposto, contemplando a localização em planta das medidas de prevenção e controle, tais como: remoção gradual da cobertura vegetal (gramíneas) acompanhando as fases de execução da terraplenagem, implantação de sistemas provisórios de drenagem superficial e de barreiras de contenção para proteção das APPs, proteção das áreas de bota espera, entre outras.
- 1.4 Apresentar detalhamento do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais com ênfase nos parâmetros para monitoramento de assoreamento, definição dos pontos de amostragem, periodicidade, etc.
- 1.5 Apresentar Memorial Descritivo e Projeto de Drenagem de Águas Pluviais contendo o detalhamento dos barramentos B-1, B-2, e BD-03, aprovados pelo órgão competente da Prefeitura de Campinas.
- 1.6 Apresentar detalhamento da proposta de monitoramento do funcionamento das três Bacias de Detenção, indicando atividades previstas, medidas de manutenção, cronograma e responsáveis pela sua execução.
- 1.7 Obter junto à Agência Ambiental da CETESB de Campinas, as Autorizações para supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas e intervenções em Áreas de Preservação Permanente e respectivos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA.
- 1.8 Obter a averbação à margem da matrícula de Área Verde correspondente a cerca de 52 ha e das Áreas de Lazer Permeáveis de cerca de 8 ha, conforme Resolução SMA 31/09, considerando a inclusão das APPs das áreas inundáveis das Bacias de Detenção dos barramentos B-2 e B-1. Tais áreas deverão ser devidamente georreferenciadas em arquivo raster (extensão GeoTIFF ou compatível) e vetorial (extensão shp. ou compatível), em projeção UTM, Datum SIRGAS 2000.
- 1.9 Apresentar detalhamento do Programa de Recomposição, Enriquecimento e Monitoramento de Áreas Verdes, contemplando: mapeamento georreferenciado, quantificação e descrição das áreas de plantio e de enriquecimento, metodologia utilizada, mapeamento das áreas com equipamentos de lazer, atividades de monitoramento da vegetação (incluindo a bacia BD-3) por, no mínimo 5 anos, e propostas de ações de restauração, definição de responsáveis técnicos pela execução e cronograma das atividades, etc.
- 1.10 Apresentar detalhamento do Programa de Conservação da Fauna Silvestre, contemplando procedimentos para o afastamento ordenado e gradual da fauna em direção às áreas preservadas antes e durante a supressão de vegetação; manutenção da conectividade entre Áreas Verdes internas e externas; detalhamento das propostas de isolamento dos lotes que fazem limites

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

SELO
DE
AUTENTICIDADE
CETESB COMPANHIA
AMBIENTAL DO
ESTADO DE
SÃO PAULO
216580

1598774



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fis 2 / 3

Processo CETESB
Nº 2.975/2009

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 2360

com as áreas verdes; sinalização preventiva; entre outros. Incluir projetos de passagens de fauna, conforme diretrizes do Parecer Técnico 152/14/IE;

- 1.11 Apresentar detalhamento do Programa de Monitoramento da Fauna, indicando pontos de monitoramento, metodologia e cronograma, considerando no mínimo um período de cinco anos, com início anterior às obras e conclusão após três anos do término das atividades de recomposição florestal. Tais pontos deverão ser georreferenciados em arquivo raster (extensão GeoTIFF ou compatível) e vetorial (extensão shp. ou compatível), em projeção UTM, Datum SIRGAS 2000.
- 1.12 Apresentar projeto do sistema de abastecimento de água do empreendimento, incluindo linha de alimentação e demais componentes, aprovado pela SANASA, e respectivo cronograma de implantação.
- 1.13 Apresentar o projeto do sistema de tratamento de efluentes sanitários do empreendimento, incluindo o emissário e ponto de lançamento dos esgotos tratados aprovado pela SANASA, contemplando a alternativa de encaminhamento de parte, ou da totalidade dos esgotos do empreendimento, para a ETE Barão Geraldo.
- 1.14 Apresentar informações atualizadas sobre as melhorias viárias, em execução na área de acesso ao empreendimento, inclusive no sistema viário local.
- 1.15 Apresentar Programa de Priorização de Contratação de Mão de Obra Local que preveja parcerias com a Prefeitura Municipal, Centros Públicos de Apoio ao Trabalhador e Instituições de Ensino Técnico existentes na região, visando a priorização da contratação e capacitação de mão de obra local para as fases de obras e operação do empreendimento.
- 1.16 Apresentar um Programa de Gestão e Parceria junto ao Poder Público com propostas efetivas por parte do empreendedor, visando o atendimento à demanda por serviços públicos de saúde, educação e transporte a ser gerada durante a fase de operação do empreendimento.
- 1.17 Comprovar a execução do Programa de Prospeção Arqueológica Intensiva, inserida num Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, que contemple, inclusive, um Programa de Educação Patrimonial, em atendimento ao Parecer Técnico 128/11 SR/IPHAN/SP, e apresentar respectiva manifestação do IPHAN.
- 1.18 Apresentar o comprovante do depósito bancário no valor referente à compensação ambiental, definida na Memória de Cálculo elaborada pela CETESB e aprovada pelo empreendedor, e a assinatura de um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 60.070 de 15/01/2014, conforme indicação da Câmara de Compensação Ambiental – CCA da SMA.

2. Durante a implantação do empreendimento:

- 2.1 Apresentar relatórios semestrais das atividades dos Programas de Conservação da Fauna Silvestre e de Monitoramento da Fauna realizadas durante as obras de implantação do empreendimento e resultados obtidos.

3. Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Operação:

- 3.1 Apresentar relatório descritivo e fotográfico conclusivo do Programa de Controle e Monitoramento Ambiental das Obras comprovando a realização das atividades previstas, as eventuais não conformidades identificadas e respectivas medidas corretivas adotadas, além da comprovação da recuperação de todas as áreas afetadas pelas obras.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

1598775



F|s 3 / 3

Processo CETESB
Nº 2.975/2009

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N° 2360

- 3.2 Apresentar planta do Projeto Urbano/Arquitetônico executado em arquivo georreferenciado raster (extensão GeoTIFF ou compatível) e vetorial (extensão shp. ou compatível), em projeção UTM, Datum SIRGAS 2000.
- 3.3 Comprovar a execução do projeto de drenagem de águas pluviais, incluindo as três bacias de retenção, conforme projetos aprovados pela Prefeitura de Campinas. Apresentar relatório do monitoramento do funcionamento das três bacias de retenção, indicando atividades realizadas e resultados obtidos.
- 3.4 Apresentar relatório do Programa de Recuperação, Enriquecimento e Monitoramento de Áreas Verdes executado na fase de implantação do empreendimento, com o balanço das atividades desenvolvidas e resultados obtidos.
- 3.5 Apresentar relatório consolidado das atividades dos Programas de Conservação da Fauna Silvestre e de Monitoramento da Fauna realizadas no período de implantação do empreendimento, resultados obtidos e avaliação da efetividade dos programas.
- 3.6 Comprovar a execução do sistema de abastecimento de água do empreendimento.
- 3.7 Comprovar a execução do projeto do sistema de tratamento de efluentes sanitários do empreendimento.
- 3.8 Comprovar a execução das obras de melhorias viárias previstas.
- 3.9 Apresentar relatório dos Programas de Priorização de Contratação de Mão de Obra Local e de Gestão e Parceria junto ao Poder Público, destacando os principais resultados obtidos durante a implantação do empreendimento.
- 3.10 Apresentar, após a apuração final do custo do empreendimento, o relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido para sua implantação, visando à realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento, cujo depósito, se houver, deverá ser realizado na mesma conta na qual foi efetuado o depósito originário, sendo tal depósito condicionante para a emissão da Licença de Operação.

- 4.1 Apresentar relatórios anuais do Programa de Recomposição, Enriquecimento e Monitoramento de Áreas Verdes, por no mínimo 5 anos após o plantio das mudas ou ações de restauração adotadas.
- 4.2 Apresentar relatórios anuais consolidados do Programa de Monitoramento da Fauna, comprovando a implementação das ações previstas para conservação da fauna.

[illegible]

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem